

## Audiência pública discute regularização das antenas de celular em Belo Horizonte

Posted on [agosto 31, 2011](#)

Para um público lotado, de aproximadamente 70 pessoas, o presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vereador Léo Burguês de Castro, realizou uma audiência pública que discutiu a regularização das antenas de celular, instaladas irregularmente na capital mineira. Os problemas de saúde advindos da radiação eletromagnética, transmitido por essas antenas, também foi debatido entre especialistas.

A audiência pública ocorreu no plenário Amyntas de Barros, na tarde da



última terça-feira, 30 de agosto e

contou a presença de pesquisadores e especialistas do ramo, dentre eles, a promotora de Justiça Josely Ramos Pontes, os professores universitários Adilza Condessa Dode, Francisco Tejo e Renato Sabbatini. Representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente também participaram com uma série de palestras e debates.

De acordo com Léo Burguês Castro, das 1.028 antenas instaladas na capital mineira, 744 delas, encontram-se em situação irregular na cidade de Belo Horizonte. “A Câmara Municipal não tem nenhum intuito em ir contra as empresas de telefonia celular, nosso objetivo é regularizar a instalação dessas antenas para que haja uma possível compatibilidade entre a tecnologia e a saúde dos cidadãos”, declarou Léo Burguês.

Segundo a pesquisadora e doutora pela UFMG, Adilza Condessa Dode, a região



central da cidade é a que possui um maior número de antenas de celular instaladas e é o local que houve um maior número de casos de mortes por câncer na capital mineira, no período de 1996 a 2006. A pesquisadora relacionou essas mortes com a radiação eletromagnética. “As antenas de celular transmitem radiação eletromagnética não ionizantes, 24 horas por dia. Na pesquisa científica que fiz, foi constatado os possíveis efeitos biológicos dos seres humanos oriundos à exposição eletromagnética. A região central de BH é a que possui o maior números de antenas instaladas e é a região que mais teve registros de óbitos na capital, com um total de 7.191 mortes de câncer de pulmão, mama, próstata, etc”.

O professor da Unicamp e biofísico, Renato Sabbatini, que compareceu à audiência representando as operadoras de telefonia celular, garantiu que não há nenhuma comprovação científica entre as mortes por câncer e a radiação eletromagnética, desqualificando vários estudos apresentados. Sua declaração foi fortemente criticada pelos especialistas presentes, que o acusaram de defender os interesses econômicos das empresas.

“As radiações eletromagnéticas podem causar danos às plantas, insetos, animais e aos seres humanos. Esse assunto envolve aspectos econômicos e políticos. Envolve ética, moral e saúde pública e, principalmente, aos objetivos mercadológicos das empresas de telefonia”, declarou Francisco Tejo, professor de Eletromagnetismo, da Universidade Federal de Campina Grande.

A promotora de Justiça Josely Ramos Pontes, enfatizou que a saúde da população está em jogo e que o poder público tem que tratar esse tema de uma forma responsável. “O mercado da telefonia celular é voraz, inescrupuloso e

antiético. Precisamos pensar que as empresas mantêm 60% das antenas instaladas irregularmente em BH. Temos que alertar a população de que essas antenas não são apenas um outdoor que degradam a paisagem da cidade.”

Após a audiência, o Ministério Público Estadual (MPE), declarou que vai ingressar uma ação civil pública na Justiça para retirar, no mínimo, 498 antenas de celular instaladas irregularmente em Belo Horizonte. O documento foi assinado pela promotora Josely Ramos Pontes, que compareceu à audiência pública presidida pelo vereador Léo Burguês de

# Ministério Público vai propor retirada de antenas de celular

Prefeitura não explica por que aparelhos estão em operação

Publicado no **Jornal OTEMPO** em 31/08/2011

Avalie esta notícia »

## ENTENDA

**>> O QUE DIZ A LEI AMBIENTAL DE BH**  
Delimita distância mínima de 500 m entre as antenas para resguardar a paisagem urbana. Em relação à radiação, as estruturas devem ficar a, no mínimo, 30 m dos imóveis onde haja "permanência de pessoas". Quem fiscaliza a emissão de radiação é a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

**>> A AÇÃO DO MPE**  
O órgão quer a remoção das antenas sem licença ambiental.

**>> A INSTALAÇÃO DA ANTERNA**  
A operadora deve solicitar o licenciamento ambiental no Conselho Municipal de Meio Ambiente e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.  
O prazo para sair a autorização de instalação é de até 90 dias.  
Geralmente, os terrenos onde são colocadas as antenas são comprados ou alugados pelas operadoras (há condomínios que recebem R\$ 5.000 mensais).

**>> LIMITES DE RADIAÇÃO**  
Os padrões de radiofreqüência vigoram no Brasil desde maio de 2008. Os limites de intensidade do campo eletromagnético emitido pelas antenas variam entre 435 e 900 mW/cm<sup>2</sup> (microwatts por centímetro quadrado), muito acima de outros países.

BRASIL	435
ITÁLIA	10
CHINA	6,6
AUSTRIA	0,1

**>> PESQUISA DA UFMG**  
Índice de mortalidade de câncer<sup>1</sup> registrado em BH entre 1996 e 2006, cujas vítimas residiam em raios de até 1 km de antenas de celular

**2,2 milhões**  
de pessoas residem nas áreas das antenas de BH

Distância das antenas	Índice de mortalidade de câncer
Até 100 m	43,42 mortes
Até 200 m	40,22 mortes
Até 300 m	37,12 mortes
Até 400 m	35,80 mortes
Até 500 m	34,73 mortes

\* POR GRUPOS DE 10 MIL HABITANTES

SOURCES: FIM TEL, FBR E ADRIANA GODE (ENGENHEIRA E PESQUISADORA DA UFMG)

O Ministério Público do Estado (MPE) vai ingressar com ação civil pública na Justiça, ainda nesta semana, exigindo a retirada de pelo menos 498 antenas de telefonia celular instaladas de maneira irregular em terrenos de Belo Horizonte. A decisão, segundo a promotora Joseli Ramos Pontes, que assina o documento, é resultado de um levantamento que mostrou que as Estações Rádio Bases (ERBs), como os equipamentos são chamados, não poderiam estar em funcionamento. O número representa metade das antenas em funcionamento

atualmente.

Dessas, informou a promotora, 410 foram colocadas de maneira clandestina por oito operadoras de telefonia celular, sem qualquer autorização da prefeitura. As 88 restantes estão com a documentação vencida. Ontem, a reportagem de <CF82>O TEMPO</CF> tentou ouvir as quatro principais operadoras com atuação na capital e citadas no documento da Promotoria de Defesa da Saúde.

De acordo com a promotora, TIM, Oi, Claro e Vivo teriam o maior número de antenas em funcionamento na capital e, portanto, são as responsáveis pelos equipamentos instalados fora dos padrões definidos pela prefeitura da capital. Dessas, as empresas TIM e Vivo informaram, através das assessorias, que não foram comunicadas da ação do Ministério Público. A Oi preferiu não comentar o assunto e a Claro não se pronunciou.

Entre as irregularidades citadas pela promotora na ação estão desde falta de licença de funcionamento até a localização inapropriada para os equipamentos, o que coloca em risco a saúde de quem vive em seu entorno. A maioria dos equipamentos está em bairros da região Centro-Sul da capital. Além das queixas de moradores que vivem nas regiões afetadas e relatam problemas de ordem ambiental e poluição visual, o Ministério Público se baseou em estudos como o da engenheira eletrônica Adilza Condessa Dode, doutora na área de campos eletromagnéticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que relatou casos de câncer provocados pela emissão de radiação das antenas e até óbitos que seriam provenientes de complicações da doença.

O estudo da especialista mostrou que só em Belo Horizonte, entre 1996 e 2006, foram registrados 7.191 óbitos em consequência da doença fruto da emissão da radiação. A pesquisa, concluída no ano passado, foi feita com base nos dados da Secretaria Municipal de Saúde e mostrou ainda que as chances de uma pessoa desenvolver algum tipo de câncer aumenta em até 35% conforme a proximidade com as antenas.

A Secretaria Municipal de Regulação Urbana não explicou por que as antenas foram colocadas em funcionamento sem autorização do município. A Secretaria de Saúde informou que os estudos sobre o assunto não permitem afirmar que as antenas provocam doenças.

Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), cabe aos municípios regulamentar a instalação das antenas. No entanto, a promotora diz que a Lei 8.201/2001, que alterou uma legislação de 1997 e regulamentou a instalação das antenas na capital, está desatualizada em relação aos estudos sobre os riscos à saúde. "Os danos têm sido apresentados em estudos. É preciso uma legislação mais rigorosa".

## Uberlândia

**Decisão.** Em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, uma decisão judicial, de março deste ano, determinou a desativação de todas as antenas de telefonia celular instaladas no município. O prazo vence no próximo mês.

FOTO: DANIEL IGLESIAS



**Rosemairy e o marido José decidiram se mudar de bairro**  
**INCERTEZA**

## Família decide se mudar de prédio por medo de radiação

Preocupados com as quatro antenas instaladas na laje do apartamento onde mora há oito anos, na região do Barreiro, em Belo Horizonte, o casal Rosemairy Portella, 57, e José Portella, 64, afirma temer por problemas de saúde. Por isso, a família decidiu se mudar do prédio.

Além do medo, o peso das estruturas provoca rachaduras no teto da residência. "Os moradores não querem tirar porque ela representa uma receita de R\$ 5.000 mensais para o condomínio.

Por precaução, não subo na cobertura do meu apartamento para não ficar muito perto das antenas", disse o comerciante Portella. Da sacada do apartamento é possível ver outra antena em um dos prédios vizinhos e mais 15 estruturas espalhadas na região.

Um dos bairros que mais têm antenas na capital é o Belvedere, na região Centro-Sul. O diretor de comunicação da associação de moradores do bairro, José Magno Fernandes, afirma que a população está apreensiva. <CW-26>"Mesmo sem a comprovação científica dos

malefícios, queremos nos prevenir de qualquer problema de saúde". Ainda segundo Fernandes, depois de protestos, moradores conseguiram retirar uma antena instalada na avenida Eurico Gaspar Dutra.

O empresário Edson Cruz, 49, que representa os comerciantes do bairro Alípio de Melo (Pampulha), afirma que a grande quantidade de antenas na região provoca interferência até nas televisões.

Uma das soluções apontadas por especialistas para minimizar o impacto dessas estruturas é o maior compartilhamento de antenas pelas operadoras e a implantação da tecnologia 4G, que utiliza antenas menores e com potências reduzidas. (Joana Suarez)

## **Professor da Unicamp descarta que haja riscos para a saúde**

Uma audiência pública discutiu ontem na Câmara Municipal da capital os impactos das antenas na cidade. No encontro, o professor de medicina Renato Sabbatini, da Universidade de Campinas (Unicamp), questionou os estudos que apontam os equipamentos como fonte de risco para a saúde humana. "É a mesma coisa que afirmar que 90% das pessoas que tomam banho têm câncer. A única certeza é de que as antenas não provocam malefícios", disse. Sabbatini integra um grupo de pesquisadores que estudam os impactos da telecomunicação na saúde. "O limite de radiação dessas antenas é 50 vezes abaixo daquilo que seria prejudicial e a distância entre elas não influencia em nada", afirmou. (JS)